

Declaração Política

Revisão Constitucional – Aprofundar e clarificar a Autonomia

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;
Senhor Presidente do Governo;
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

A revisão da Constituição da República Portuguesa assume uma importância redobrada, num processo desenvolvido pela Assembleia da República, mas que obriga a uma atenção constante e activa dos partidos políticos nos Açores.

Na revisão constitucional de 2004 foi possível, através de um entendimento regional alargado, dar passos significativos no aprofundamento da Autonomia dos Açores, que culminou com a revisão do nosso Estatuto Político-Administrativo.

Tratou-se de um processo que honrou esta Assembleia Legislativa, que dignificou os partidos nela então representados e que permitiu um consenso parlamentar e político com benefícios claros e importantes para a Autonomia.

Existia, assim, uma boa tradição parlamentar de consenso nas matérias relacionadas com o aprofundamento autonómico que sempre vingou perante os apetites partidários de ocasião, os quais ficaram bem patentes, nos últimos meses, no PSD/Açores.

O PS/Açores, desde Julho deste ano, sempre disse que, num momento crucial para o país e para a nossa Região, a revisão constitucional não constituía uma prioridade política, uma vez que todas as energias deveriam estar centradas no crescimento económico, no apoio social a quem mais precisa e na criação de mais e melhor emprego.

Pedro Passos Coelho não entendeu assim e decidiu gastar todas as suas forças neste processo, que todos nós sabemos como começou, mas que não sabemos, em bom rigor, como vai acabar.

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;
Senhor Presidente do Governo;
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

A bancada parlamentar socialista tomou a liderança deste processo, apresentando um Projecto de Resolução que pretendeu congregar uma posição unânime açoriana em torno da extinção do cargo de Representante da República.

O Grupo Parlamentar do PS/Açores foi, assim, claro e objectivo e proponente das aspirações autonomistas açorianas.

Mais. O PS/Açores não pretendeu que vingasse uma posição socialista. Quis, sim, que prevalecesse uma unanimidade de princípio dos Açores sobre esta matéria. Assim não quis o PSD/Açores, que preferiu ficar do lado errado da história da Autonomia.

Para o PS/Açores, no capítulo das Autonomias, é óbvio que o nosso Estatuto Político-Administrativo deve servir de guia orientador para resolver as questões constitucionais que estão pendentes.

O que fez o PSD? Resolveu entrar por novas áreas, que poderão ser – temos vindo a alertar – um caminho perigoso para a Autonomia e redutora para os poderes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, tendo em conta as posições restritivas do Tribunal Constitucional nesta matéria.

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;
Senhor Presidente do Governo;
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

No último fim-de-semana, a Comissão Política do PS aprovou, por unanimidade, o seu projecto de revisão constitucional, que, no capítulo das Regiões Autónomas, pretende aprofundar as autonomias em vários aspectos, desde logo em matérias de competências legislativas das regiões.

O PS/Açores apresentou-se para este desafio igual a si próprio, à sua história e honrando património de partido co-fundador da Autonomia Constitucional: mais disponível para o consenso e menos para o protagonismo estéril; mais interessado na solução estruturante e menos na cosmética superficial; mais concentrado na negociação silenciosa, metódica e fundamentada e menos no arraial mediático, no concurso de notoriedade ou da estridência das propostas.

Assim foi, não apenas porque é assim que o PS/Açores entendia e entende que deve agir numa matéria desta importância, mas, sobretudo, porque esta é a forma como melhor podemos construir o sucesso de mais e melhor Autonomia na Constituição.

A proposta de revisão da Constituição relativa às autonomias regionais da autoria do PS/Açores e apresentada pelo Partido Socialista, constitui uma vitória histórica do Povo Açoriano no que diz respeito à configuração constitucional da nossa Autonomia.

Desde logo, ao reformar a previsão constitucional referente aos poderes legislativos das regiões autónomas, o PS/Açores amplia de forma exponencial a competência legislativa das regiões.

Estas regiões passam a ter o poder de legislar sobre todas as matérias, excepto as reservadas aos órgãos de soberania. Elimina-se, desta

forma, a referência a “âmbito regional” (o qual alguns já queriam ver como o interesse específico ressuscitado), bem como a necessidade de ter de constar do Estatuto Político-Administrativo as matérias que integrem o núcleo de competências legislativas regionais.

Este é um avanço sem precedentes nesses poderes das regiões e isso acontece por proposta do PS/Açores!

Também no que respeita às matérias que constavam do Estatuto Político-Administrativo e que mereceram resistências de diversos intervenientes, incluindo o PSD que sobre elas suscitou a apreciação da constitucionalidade, a proposta do PS constitui um avanço significativo.

Entre outros aspectos, consagra-se a possibilidade de criação de provedores sectoriais regionais, estabelecem-se poderes relativos ao Orçamento regional, à definição dos regimes de exploração e licenciamento da utilização privativa de bens do domínio público e clarifica-se a parte referente à nossa competência externa.

Uma referência especial à parte relativa às audições dos titulares dos órgãos de governo próprio, nomeadamente, aquando da dissolução dos órgãos, caso do presidente da Assembleia Legislativa, ou da declaração do estado de sítio ou de emergência, quando o mesmo abranja parte ou a totalidade do território da região.

Por último, mas não menos importante, consagra-se a necessidade da votação por dois terços na Assembleia da República, não apenas da totalidade do Estatuto Político-Administrativo, mas também da Lei Eleitoral e da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Assim, naqueles três elementos infra-constitucionais que enformam a nossa

Autonomia, o PS/Açores consagra uma votação qualificada, a qual se coaduna com a natureza estruturante de cada um desses diplomas.

Também aqui o avanço é significativo e acontece por proposta do PS/Açores.

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;
Senhor Presidente do Governo;
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O PS/Açores está assim de consciência absolutamente tranquila por tudo ter feito para alargar o consenso açoriano sobre este processo a bem da Autonomia e honrando gerações de açorianos que se debateram por este desígnio.

O Grupo Parlamentar do PS/Açores deparou-se, porém, com uma situação inesperada. A recusa sistemática da bancada do PSD em debater, de boa fé, recusando apresentar o projecto de articulado e, ao mesmo tempo, sempre rejeitando sempre as várias propostas que o PS/Açores apresentou na Comissão Permanente.

O PSD/Açores fica, assim, com o ónus político de ser o responsável pela falta de um entendimento sólido de âmbito regional sobre esta matéria, remetendo para o seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República o que devia caber, em primeira instância, ao PSD/Açores: uma posição consistente de defesa da Autonomia.

Mais uma vez o PSD/Açores provou ser um “pai ausente” da Autonomia, sem rumo definido e com medo de assumir uma posição nos Açores porque, mais tarde, poderia ser ignorada pelo PSD de Pedro Passos Coelho, já a braços com várias propostas de revisão constitucional dentro do mesmo Grupo Parlamentar.

O PS/Açores não brinca com coisas sérias. Para o PS/Açores, em matéria de Autonomia, primeiro estão os Açores e só depois os interesses partidários.

É nesta perspectiva que o PS/Açores responsabiliza, aqui e agora, o PSD regional pela falta de consenso relativamente à extinção do cargo de Representante da República na próxima revisão constitucional.

Porque o PS/Açores não brinca com coisas sérias, optou por não levar esta proposta ao projecto nacional de revisão constitucional, uma vez que estava comprometida uma posição a nível nacional sobre esta matéria específica.

Para memória futura, é preciso deixar bem claro que o PSD/Açores tem encargo político de ter colocado o partido à frente desta Assembleia e a incoerência da sua líder à frente da Autonomia.

Os avanços autonómicos sempre se fizeram de entendimentos assegurados por líderes capazes de assumir as suas responsabilidades nestes momentos históricos para os Açores.

O comportamento do PSD/Açores teve, porém, um mérito: deixar bem claro aos olhos de todos que a sua líder não está à altura das responsabilidades da Autonomia. Destes não reza a História!

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 20 de Outubro de 2010.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PS na
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Hélder Marques da Silva.